



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 4.855, DE 2016

Altera o art. 24 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que “Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária”, para fins de alterar o valor dos honorários a serem pagos ao administrador judicial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta

Art. 1º O art. 24, *caput* e § 1º, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24. O juiz fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração do administrador judicial, sempre considerando primeiramente a real capacidade de pagamento do devedor, bem como o grau de complexidade do trabalho a ser desenvolvido e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes.

§ 1º Em qualquer hipótese, o total pago ao administrador judicial não excederá 3% (três por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial ou do valor de venda dos bens na falência e, caso o administrador judicial seja pessoa física, sua remuneração mensal não poderá ser superior ao o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 05 de outubro de 2016.

Deputado LAERCIO OLIVEIRA

Presidente